

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.773.491 - SP (2018/0268292-0)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
RECORRENTE : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS -
SP273843
BRUNO FONSECA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP396665
RECORRIDO : MARIA RODRIGUES CRUZ
OUTRO NOME : MARIA CRUZ MARIANO
ADVOGADOS : HENRIQUE STAUT AYRES DE SOUZA - SP279986
JULIANO KELLER DO VALLE - SP302568
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : CLEUSA MARIA DE JESUS ARADO VENÂNCIO -
SP094666
ELIANDER GARCIA MENDES DA CUNHA E OUTRO(S) -
SP189220

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. SEGURO HABITACIONAL. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. INTERPRETAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO CONSOANTE A SUA FUNÇÃO SOCIAL, A BOA-FÉ OBJETIVA, E A NATUREZA ADESIVA. A CLÁUSULA DAS CONDIÇÕES PARTICULARES DO SEGURO QUE AFASTA A COBERTURA DOS VÍCIOS CONSTRUTIVOS AFRONTA O QUANTO DISPOSTO NO ART. 51, VI E §2º, DO CDC.

1. Discussão acerca da abusividade de cláusula constante nas condições particulares do seguro habitacional inserto no âmbito do SFH segundo a qual vícios de construção ou defeitos físicos oriundos de causas internas estejam afastados da cobertura securitária.

2. O seguro é erigido dentro do sistema de financiamento como garantia ao segurado e, do mesmo modo, ao financiador, de modo que possa desempenhar a sua mais clara função: garantir que o segurado seja ressarcido pelos riscos invalidez/morte, danos físicos ao imóvel financiado, e responsabilidade do construtor e que o credor financiante não seja surpreendido com a ruína do imóvel que garante o financiamento.

3. Abusividade da cláusula das condições particulares do seguro habitacional que restringe direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato. Incompatibilidade com os fins sociais do seguro obrigatório habitacional da exclusão dos principais vícios que acometam o

Superior Tribunal de Justiça

bem objeto de garantia do financiamento.

4. Prescrição ânua contada da efetiva ciência do segurado acerca dos vícios construtivos. Indefinição do marco inicial. Danos progressivos. Impossibilidade de reconhecimento do implemento do prazo prescricional no caso concreto. Súmulas 568 e 7/STJ.

5. É devida a multa decendial, havendo previsão contratual, nas hipóteses de mora da companhia seguradora em pagar a indenização contratada. Precedentes.

6. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recursos especiais interpostos pela SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da CF, contra o acórdão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cuja ementa está assim redigida:

Apelação. Ação indenizatória. Seguro habitacional. Preliminar de incompetência da Justiça Estadual afastada. Manifestação de desinteresse da Caixa Econômica Federal de intervir no feito, eis que os contratos discutidos nos autos não estão vinculados à apólice pública (ramo 66). Competência da Justiça Estadual já decidida em agravo de instrumento. Prazo prescricional decenal (art. 205, CC). Vícios construtivos que se prolongaram no tempo, de caráter contínuo e permanente. Impossibilidade de precisar a data do fato gerador da pretensão. Termo inicial do prazo prescricional na data da ciência da negativa da seguradora em pagar o seguro (Súmula 229 do STJ). Responsabilidade da seguradora pelos vícios de construção. Dever de indenizar da seguradora. Condenação no valor apurado pela perícia. Incidência da multa decendial. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor. Início do cômputo dos juros moratórios a partir da citação. Sentença mantida. Fixação de honorários sucumbenciais recursais (art. 85, § 11 do CPC e Enunciado Administrativo nº 7 do STJ). Recurso desprovido.

Nas razões do recurso especial, sustentou, além do dissídio, a afronta aos arts. 1º da Lei 12.409/11, 3º e 5º da Lei 13.000/14, 206, II, "b", 757, 760, 771 e 784 do CCB; art. 3º do CDC. Disse, em resumo: a) da competência da Justiça Federal; b) da prescrição; c) da ausência de cobertura dos vícios construtivos;

Superior Tribunal de Justiça

d) da não incidência do CDC; e) da ilegalidade da multa decencial. Pediu o provimento do recurso.

Houve contrarrazões.

O recurso foi admitido na origem.

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registro que o acórdão recorrido foi publicado já sob a vigência da Lei 13.105/2015, razão por que o juízo de admissibilidade é realizado na forma deste novo édito, conforme Enunciado Administrativo nº 3/STJ.

Como antecipei o recurso especial devolve as seguintes questões: a) competência da Justiça Federal e interesse da CEF; b) prescrição; c) incidência do CDC; d) cobertura dos vícios construtivos; e) legalidade da multa decencial. Acerca da competência, alegou-se a afronta ao art. 1º-A da Lei 12.409/11, alterada pela Lei 13.000/14 e o dissídio jurisprudencial.

Analiso-as, separadamente.

a) Competência da Justiça Federal e interesse da CEF:

Na origem, reconheceu-se que a apólice seria privada, ou seja, do ramo 68, razão, aliás, da manifestação do próprio ente federal no sentido da ausência de interesse, isso em sede de agravo de instrumento a discutir exatamente a questão atinente à competência.

A propósito (fl. 718 e-STJ):

Como se verifica, foi declinada competência em favor da Justiça Federal pela decisão de fls. 240/241, contra a qual a autora interpôs recurso de Agravo de Instrumento nº 0164759-30.2013.8.26.0000, ao qual foi dado provimento para confirmar a competência da Justiça Estadual, pois, "No caso, a Caixa Econômica Federal manifestou o desinteresse de intervir no feito (fls. 141), eis que os contratos discutidos nos autos não estão vinculados à apólice pública (ramo 66). Desse modo, a competência para julgamento do presente feito é da Justiça Estadual" (fls. 368/373).

É absolutamente insustentável a tentativa de perenização da discussão

acerca do interesse da CEF, que já se encontra preclusa.

Não há, ademais, falar-se em prequestionamento dos artigos da Lei 12.409/11 e da Lei 13.000/14, evidenciando-se a mais não poder a impossibilidade de conhecimento do especial no que respeita.

b) Prescrição:

Tangente à prescrição, sustentou-se a afronta ao art. 206, §1º, II, "a" e "b" do CCB e dissídio.

O acórdão recorrido sobre a prescrição, pontuou (fl. 718 e-STJ):

"Por sua vez, cumpre assinalar que não se aplica ao caso o prazo prescricional anual do art. 206, § 1º, II, "a", "b", do Código Civil, mas sim o prazo decenal previsto no art. 205 do mesmo Diploma Legal.

Os alegados vícios construtivos se prolongam no tempo, ou seja, os danos físicos existentes no imóvel são de caráter contínuo e permanente, não havendo como precisar a data do fato gerador da pretensão para estabelecer o termo inicial do prazo prescricional. Dessa forma, bem assinalou o d. Magistrado a quo:

"[...] Nessa linha de ideias, não há nos autos prova inequívoca a atestar, com precisão, a data em que o autor tomou ciência dos danos, não sendo bastante, a tanto, menção constante do laudo de que a autora notara os vícios cinco anos antes.

Ressalte-se que, no caso, trata-se de vícios de construção que emergiram de maneira progressiva e contínua, já tendo sido reparado pela parte autora, dificultando, assim, sua demarcação cronológica exata, pelo que imperioso, e por força de aplicação do código civil vigente, o afastamento da prescrição suscitada." (fls. 614).

Desse modo, o prazo prescricional tem seu termo inicial na data da ciência da negativa da seguradora em pagar o seguro, conforme o disposto na Súmula 229 do C. STJ. Nesse sentido, confira-se o precedente desta C. Corte:"

Apesar de equivocada a conclusão acerca do prazo prescricional aplicável, não sendo o geral, mas o anual, concluiu-se, também, pela inexistência da prescrição pelo fato de que os danos decorrentes de vícios de construção se protraem no tempo, não sendo possível constatar uma data exata

da ocorrência dos sinistros, fato a impossibilitar a fixação do termo inicial para contagem da prescrição.

A orientação acerca do termo inicial do prazo prescricional solidificou-se nesta Corte Superior no sentido de ser a data da ciência por parte do segurado da existência de danos estruturais no imóvel, o que, na forma do acórdão recorrido, não se tem como precisar, em face do seu paulatino assomo.

Nessa conjuntura, não há como inferir, nem por esta Corte, nem o Tribunal de origem logrou constatar, o *dies a quo* do lapso prescricional, questão que, por ser eminentemente fática, não se pode sobre ela avançar, verificando-se, pois, a atração dos enunciados 568 e 7/STJ.

Não há reconhecer-se, pois, a prescrição.

c) Incidência do CDC:

Não há dúvidas junto às Turmas de Direito Privado acerca da incidência do Código de Defesa do Consumidor sobre a relação securitária que se estabelece entre o mutuário do SFH, segurado, e a seguradora.

Não há espaço para afastar-se essa incidência, tendo sido o negócio celebrado com a ora recorrente, fornecedora de serviços ao mercado consumidor, e figurando o mutuário/segurado como consumidor, presumivelmente vulnerável na relação estabelecida.

Não há, ademais, qualquer conflito entre o CDC e as normas que particularizam o seguro habitacional ou mesmo o Sistema Financeiro habitacional, sendo de todo incidente o estatuto consumerista.

A propósito:

PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SFH. APLICAÇÃO DO CDC. SEGURO HABITACIONAL CLÁUSULA QUE OBRIGA A CONTRATAÇÃO DA SEGURADORA ESCOLHIDA PELO AGENTE FINANCEIRO. AFASTAMENTO DA IMPOSIÇÃO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO.

I - Já não se discute a incidência do CDC nos contratos relacionados com o SFH (REsp 493.354/Menezes Direito, REsp 436.815/Nancy Andrichi, Ag 538.990/Sálvio).

II - Correta a decisão que não conhece do recurso, na parcela em que não se impugna especificamente o fundamento legal

Superior Tribunal de Justiça

utilizado pelo Tribunal de origem, para afastar cláusula contratual que obriga o mutuário do SFH a contratar a seguradora escolhida pelo agente financeiro. (AgRg no REsp 876.837/MG, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/12/2007, DJ 14/12/2007, p. 404)

d) Cobertura securitária:

Em relação à cobertura securitária, o aresto do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, interpretando as cláusulas contratuais, reconheceu estarem cobertos pelo seguro também os vícios construtivos.

Recentemente, esta Terceira Turma, quando da revisão do seu entendimento acerca da quitação do financiamento e a perda do interesse de agir do segurado, manifestou-se, também, no sentido da cobertura dos vícios construtivos, reconhecendo-se a abusividade da cláusula limitativa da responsabilidade por referidos riscos.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO (VÍCIOS OCULTOS). AMEAÇA DE DESMORONAMENTO. CONHECIMENTO APÓS A EXTINÇÃO DO CONTRATO. BOA-FÉ OBJETIVA PÓS-CONTRATUAL. JULGAMENTO: CPC/15.

1. Ação de indenização securitária proposta em 21/07/2009, de que foi extraído o presente recurso especial, interposto em 06/07/2016 e concluso ao gabinete em 06/02/2017.

2. O propósito recursal consiste em decidir se a quitação do contrato de mútuo para aquisição de imóvel extingue a obrigação da seguradora de indenizar os adquirentes-segurados por vícios de construção (vícios ocultos) que implicam ameaça de desmoronamento.

3. A par da regra geral do art. 422 do CC/02, o art. 765 do mesmo diploma legal prevê, especificamente, que o contrato de seguro, tanto na conclusão como na execução, está fundado na boa-fé dos contratantes, no comportamento de lealdade e confiança recíprocos, sendo qualificado pela doutrina como um verdadeiro "contrato de boa-fé".

4. De um lado, a boa-fé objetiva impõe ao segurador, na fase pré-contratual, o dever, dentre outros, de dar informações claras e objetivas sobre o contrato para que o segurado

compreenda, com exatidão, o alcance da garantia contratada; de outro, obriga-o, na fase de execução e também na pós-contratual, a evitar subterfúgios para tentar se eximir de sua responsabilidade com relação aos riscos previamente cobertos pela garantia.

5. O seguro habitacional tem conformação diferenciada, uma vez que integra a política nacional de habitação, destinada a facilitar a aquisição da casa própria, especialmente pelas classes de menor renda da população. Trata-se, pois, de contrato obrigatório que visa à proteção da família, em caso de morte ou invalidez do segurado, e à salvaguarda do imóvel que garante o respectivo financiamento, resguardando, assim, os recursos públicos direcionados à manutenção do sistema.

6. À luz dos parâmetros da boa-fé objetiva e da proteção contratual do consumidor, conclui-se que os vícios estruturais de construção estão acobertados pelo seguro habitacional, cujos efeitos devem se prolongar no tempo, mesmo após a extinção do contrato, para acobertar o sinistro concomitante à vigência deste, ainda que só se revele depois de sua conclusão (vício oculto).

7. Constatada a existência de vícios estruturais acobertados pelo seguro habitacional e coexistentes à vigência do contrato, hão de ser os recorrentes devidamente indenizados pelos prejuízos sofridos, nos moldes estabelecidos na apólice.

8. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 1717112/RN, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 11/10/2018)

Deixo claro não se pretender imiscuir na existência ou na inexistência de determinada cláusula contratual a justificar a procedência da pretensão indenizatória, mas, sim, a analisar a abusividade da cláusula que exclui os "vícios construtivos" como riscos cobertos em face das normas do CDC, da função social dos contratos, da boa-fé objetiva, além da natureza obrigatória do presente seguro e, ainda, dos demais atos normativos editados pelas entidades normatizadoras a entoarem o dever de assistência nestas hipóteses por parte das seguradoras.

O art. 51, §1º, II, combinado com o inciso IV, é claro ao estabelecer serem desvantagens exageradas e, portanto abusivas, aquelas que restrinjam os

direitos fundamentais inerentes à natureza de determinado contrato.

Antonio Herman Benjamin et alii, nos seus comentários ao CDC, ensinam:

*O § 1.º do art. 51 há que ser lido em conjunto e complementando a cláusula geral do art. 51, IV. Em verdade, o § 1.º explica a expressão “desvantagem exagerada” para o consumidor, que é utilizada no art. 51, IV, ao lado de expressões mais consagradas, como boa-fé e equidade. A cláusula geral define como iníquas ou abusivas as cláusulas “que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada”. As Leitlinien, as linhas mestras ou narrativas, que devem ajudar o juiz na concretização desta expressão e da vontade do legislador, encontram-se então no § 1.º do art. 51, que praticamente resume o ideal de reequilíbrio de direitos e obrigações típicas daquele contrato e daquele sistema, segundo a boa-fé objetiva. As linhas mestras do § 1.º são: I – não ofender aos princípios fundamentais do sistema jurídico a que pertence; II – **não restringir direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual**; III – não se mostrar excessivamente onerosa para o consumidor, considerando-se a natureza e o conteúdo do contrato, o interesse das partes e outras circunstâncias peculiares ao caso. (Ed. RT, 2ª ed. em e-book, 2017, comentário ao art. 51)*

O seguro é erigido dentro do Sistema Financeiro Habitacional como garantia ao segurado e, do mesmo modo, ao financiador, de modo que o já referido sustentáculo do SFH possa desempenhar a sua mais clara função, qual seja, garantir que o segurado seja ressarcido pelos vícios verificados no imóvel, em se tratando da cobertura por danos físicos DFI, e que o bem que garante o financiamento remanesça hígido para tanto.

Esta deve ser a essência do contrato obrigatório de seguro habitacional, não se podendo, daí, retirar o que seja de mais comezinho para o atingimento do seu fim, inclusive, social.

Dentre as condições particulares do SH, é, pois, abusiva, como já reconheceu esta Terceira Turma no precedente da Ministra Nancy anteriormente referido, aquela que restringe direitos ou obrigações

fundamentais inerentes à natureza do contrato.

Reafirmo, não é inteligível para os fins de um contrato de seguro obrigatório voltado a coadjuvar um sistema pensado na aquisição da casa própria para a população, notadamente de baixa renda, que os principais vícios que acometam o bem objeto de garantia do financiamento adquirido não estejam por ele cobertos, especialmente quando, dentro de suas próprias normas e rotinas, preveja-se que a seguradora deverá levar à frente a sanção dos vícios construtivos, intermediando, aliás, o contato com o construtor, responsável principal pelas falhas verificadas no imóvel.

O que se tem visto é imóveis mal construídos, com materiais inapropriados, com técnicas indevidas, em locais que a tanto não se prestam, e tudo isto financiado pelo Poder Público e publicizado ao mercado consumidor supervulnerável, que é o das companhias de habitação popular, como um benefício para as famílias que ali se aventurem em habitar, crenças de que os seus mais básicos interesses (morar em um ambiente sadio e seguro) terão sido observados, ou, senão, que há um contrato de seguro obrigatório a preservar-lhes dos riscos em questão.

e) Multa decendial:

O acórdão recorrido fora enfático em reconhecer a sua contratação (fl. 723 e-STJ):

A multa decendial também é devida, conforme previsto na cláusula 17' (Penas Convencionadas) das Condições Especiais da Apólice "Subitem 17.3 - A falta de pagamento da indenização no prazo fixado no item 16.2 da cláusula 16a destas Condições, sujeitará a Seguradora ao pagamento da multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da indenização devida, para cada decêndio ou fração de atraso, sem prejuízo da aplicação da correção monetária cabível" (apólice - fls. 47).

Isso quer dizer que referida multa é aplicada na hipótese de atraso no pagamento da indenização.

É da jurisprudência pacífica desta Corte Superior o direito à incidência da multa decendial no caso de expressa previsão no contrato e, ainda assim,

limitada ao valor do principal.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA - VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE RÉ.

1. Consideram-se preclusas as matérias que, veiculadas no recurso especial e dirimidas na decisão agravada, não são reiteradas no agravo interno. Precedentes.

2. Demanda reexame de cláusulas do contrato e de provas dos autos verificar se a apólice de seguro habitacional exclui a cobertura de vícios de construção. Incidência das Súmulas 5 e 7/STJ.

3. É devida a multa decendial, em contratos de seguro habitacional, nas hipóteses de mora da companhia seguradora em pagar a indenização contratada. Precedentes.

4. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 926.301/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 28/05/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. MÚTUO HABITACIONAL. SEGURO. PRESCRIÇÃO. SÚMULA 211/STJ. LEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. INEXISTÊNCIA DE COBERTURA, NA APÓLICE, DOS VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. MULTA DECENDIAL. SÚMULAS 83, 5 E 7/STJ

1. A Corte regional não apreciou a tese de ocorrência da prescrição. A despeito da oposição dos embargos de declaração, persistiu a omissão, não se vislumbrando o efetivo prequestionamento. Deveria, portanto, o recorrente alegar, nas razões do recurso especial, violação ao art. 535 do CPC, ônus do qual não se desincumbiu. Incide, na espécie, pois, o óbice da Súmula 211 do STJ.

2. O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento pacífico no sentido de que a seguradora tem legitimidade para figurar no polo passivo de ação que cinge contrato de seguro habitacional, regido pelas regras do Sistema Financeiro de Habitação. Ademais, a Corte de origem fixou a legitimidade passiva do ora recorrente em virtude de ter sucedido a seguradora primeva, inclusive quanto à responsabilidade contratual. Incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. O acórdão recorrido apreciou a matéria concernente à

existência de cobertura, na apólice, dos vícios de construção, com fulcro no instrumento contratual firmado entre as partes e nos elementos fático-probatórios constantes nos autos. Dessa forma, nos termos da jurisprudência desta Corte, dissentir do entendimento cristalizado no âmbito da instância originária se revela inviável em sede de recurso especial, haja vista o teor das Súmulas 5 e 7 deste STJ.

4. É devida a aplicação de multa decendial, em função do atraso no pagamento da indenização, objeto do seguro obrigatório, nos contratos vinculados ao SFH, limitada ao valor da obrigação principal. Incidência da Súmula nº 83/STJ. Ademais, não é possível rever a conclusão do acórdão impugnado, no sentido de que houve atraso no pagamento da indenização objeto do seguro obrigatório, apto a cristalizar a incidência da multa decendial, sem violar os óbices prescritos nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

5. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1338159/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe 14/12/2016)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. MULTA DECENDIAL. LIMITAÇÃO AO VALOR DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. SÚMULA Nº 83/STJ.

1. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a multa decendial pactuada para o atraso do pagamento da indenização é limitada ao montante da obrigação principal. Incidência, portanto, do Enunciado nº 83/STJ.

2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1581438/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 06/09/2017)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MULTA DECENDIAL. LIMITAÇÃO. PRINCIPAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Deve ser afastada a alegada violação ao artigo 535 do Código de Processo Civil se a questão trazida à discussão foi dirimida, pelo Tribunal de origem, de forma suficiente e fundamentada.

2. Nos termos do art. 1021, § 1º, do Código de Processo Civil/2015 e da Súmula 182/STJ, é inviável o agravo interno que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.

3. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que a multa

Superior Tribunal de Justiça

decendial pactuada para o atraso do pagamento da indenização é limitada ao montante da obrigação principal.

4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 842.961/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 26/09/2017)

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Diante do disposto no art. 85, §11, do CPC, majoro os honorários de advogado a que condenado o recorrente na origem em 2%, totalizando 17% sobre o valor atualizado da condenação.

Advirto que a oposição de incidentes manifestamente infundados dará azo à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator